

**EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 053/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 142/2023**

**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2023**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO E PERMANENTE PARA O PROJETO NOVOS ARES ESPORTIVOS. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/SED.S/CONDECA/2018-9. PROCESSO Nº 012.00004460/2023-18**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** Bolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:** 07 de novembro de 2023 as 17h00min.

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 22 de novembro as 10h00min.

O **MUNÍCIPIO DE SALTO GRANDE, ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio do Senhor **MARIO LUCIANO ROSA**, seu Prefeito do Município, no uso de suas competências legais, torna público que se acha aberta, no Departamento de Licitações, situado no prédio da Prefeitura Municipal de Salto Grande, situada na Avenida Rangel Pestana, nº 449, a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA Nº 023/2023**, do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). (Sistema BLL COMPRAS), com utilização de recursos de tecnologia da informação, objetivando a **aquisição de material esportivo e permanente para o Projeto Novos Ares Esportivos. Edital de Chamamento público 02/SED.S/CONDECA/2018-9. Processo nº 012.00004460/2023-18, para atender a Divisão de Esporte Lazer e Turismo**, que será regida pelas disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto Municipal nº. 2.187 de 29 de junho de 2020; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), Lei Federal nº 8.666, de 26 de Maio 1.993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

A opção da Administração por licitar de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002 e as normas mencionadas no parágrafo anterior observa o disposto no artigo 191 c/c o inciso II do artigo 193 da Lei Federal nº 14.133/2021.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico Bolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe

e indicados no sistema pela autoridade competente.

## **1. DO OBJETO**

**1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de material esportivo e permanente para o Projeto Novos Ares Esportivos. Edital de Chamamento público 02/SED.S/CONDECA/2018-9. Processo nº 012.00004460/2023-18., conforme especificações constantes do Termo de Referência que integra este Edital como Anexo I.**

**1.2 . Cotas para ME/EPP/COOPERATIVAS.** Em cumprimento ao artigo 48, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a adjudicação dos itens 01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,14,16,17,21,25,26,27,28,29,30,31,34,35,36,37,38 e 39 deste edital será dividida em cota principal e cota reservada à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, no limite máximo de até 25% (vinte e cinco) do objeto, conforme o detalhamento constante do Termo de Referência (Anexo I).

**1.2.1.** As cotas principal e reservada serão licitadas pela Unidade Compradora de forma simultânea e independente.

**1.2.2.** Se a disputa relativa à cota reservada resultar deserta, a Unidade Compradora submeterá o mesmo item de contratação à participação ampla, em outra sessão pública, antes de recorrer à contratação direta prevista no artigo 24, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**1.2.3.** Se a mesma licitante vencer a cota principal e a cota reservada, o pregoeiro negociará com a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, antes de concluída a fase de aceitabilidade dos preços da segunda negociação, para que a contratação de ambas as cotas ocorra pelo valor menor.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Municipal, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam devidamente cadastradas junto à BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL, (Sistema BLL COMPRAS) na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

**2.1.1.** As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

- 2.1.2. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis na plataforma, através do Portal acima mencionado.
- 2.2. VEDAÇÕES. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:
- 2.2.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com o município de Salto Grande, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;
- 2.2.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- 2.2.3. Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;
- 2.2.4. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.5. Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 2.2.6. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;
- 2.2.7. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;
- 2.2.8. Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;
- 2.2.9. Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

- 2.2.10. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011;
- 2.2.11. Que estejam proibidas de participar da licitação ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013);
- 2.3. Inexistência de fato impeditivo à participação. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação.
- 2.4. Uso do sistema Sistema BLL COMPRAS. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento.
- 2.5. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.
- 2.6. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 2.7. Direito de preferência. Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 5.6 e subdivisões, bem como para a fruição do benefício de habilitação previsto na alínea “f” e subdivisão do item 5.9, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverá, além da apresentação da declaração deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação.
- 2.8. Participação de cooperativas. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação.
- 2.8.1. Às cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, estendem-se as regras previstas para as microempresas e empresas de pequeno porte referentes ao direito de preferência de que trata o item 5.6 e subdivisões, bem como à fruição do benefício de habilitação previsto na alínea “f” e subdivisão do item 5.9.

(Observar o disposto no item 2.7).

### **3. ENVIO DE PROPOSTAS.**

- 3.1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico (Sistema BLL COMPRAS) disponível no endereço eletrônico: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.
- 3.2. Os preços unitários e total serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.
- 3.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.
- 3.2.2. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital (aplicável ao item) .
- 3.2.3. Simples Nacional. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.
- 3.3. Reajuste. O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável.
- 3.4. Validade da proposta. Na ausência de indicação expressa em sentido contrário, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

### **4. HABILITAÇÃO.**

- 4.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

#### **4.1.1. Habilitação jurídica:**



- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Em se tratando de sociedade cooperativa: ato constitutivo e estatuto atualizado e registrado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971;

#### **4.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS
- g) Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de

Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS

#### **4.1.3. Qualificação econômico-financeira**

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
- a.1) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.
- a.2). Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

#### **4.1.4. Declarações e outras comprovações**

- 4.1.4.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo III.1, atestando que:
  - a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;
  - b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital;
  - c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;
- 4.1.4.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo III.2, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013.
- 4.1.4.3. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo III.3, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

4.1.4.4. Comprovação da condição de ME/EPP. Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.1.4.3 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte será comprovada da seguinte forma:

4.1.4.4.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

4.1.4.4.2. Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

4.1.4.5. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007:

4.1.4.5.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo III.4, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

4.1.4.5.2. Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.1.4.5.1 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será comprovada pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

#### **4.1.5. Qualificação Técnica.**

4.1.5.1 Comprovação de capacidade técnica, através da apresentação de Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pelo qual a licitante comprove ter fornecido produtos compatíveis em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação.

#### **4.2. Disposições gerais sobre os documentos de habilitação**

4.2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.2.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 4.1.4 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação



técnica (caso exigidas nos itens 4.1.3 e 4.1.5), aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

4.2.3. Se o licitante for a matriz, os documentos exigidos no item 4.1.2 deverão estar em nome da matriz, e, se for filial, os documentos exigidos no item 4.1.2 deverão estar em nome da filial que, na condição de licitante, executará o objeto da contratação, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.2.4. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## **5. SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO**

**5.1. Abertura das propostas.** No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

5.2. Análise. A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.

5.2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 2.2 deste Edital.

5.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

5.2.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

5.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

5.4. Lances. Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

5.4.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixada no item 5.4.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

**5.4.2 O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) e incidirá sobre o valor unitário do item/total do item/total do lote/total do objeto.**

5.4.3. A etapa de lances terá a duração de 10 (dez) minutos.

5.4.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de que trata o item 5.4.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

5.4.3.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.4.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o segundo minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.

5.4.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

5.4.4.1. dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

5.4.4.2. do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

5.4.5. A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração indicados no item 5.4.3.

**5.5. Classificação.** Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

**5.6. Empate ficto.** Com base na classificação a que alude o item 5.5, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

5.6.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será

convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.

- 5.6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 5.6.1.
- 5.6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 5.5, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.
- 5.6.4. Sempre que, em momento subsequente, a proposta melhor classificada não for aceita, ou for desclassificada ou inabilitada, e antes de o Pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência de empate ficto, nos termos dos itens 5.6 e 5.6.1 a 5.6.3 do Edital, se for o caso.
- 5.7. Negociação. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.
- 5.8. Aceitabilidade. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 5.8.1. A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pela Unidade Compradora que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 5.8.2. Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.
- 5.8.3. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do Anexo II deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.
- 5.8.3.1. A planilha de proposta deverá conter indicação da procedência, marca e modelo do produto ofertado, observadas as especificações do Termo de

Referência constante do Anexo I.

5.8.3.2.O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes os esclarecimentos que julgar necessários.

5.8.3.3. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do Anexo II.

**5.8.3.4. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.8.3, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.**

5.9. Exame das condições de habilitação. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

- a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;
- b) Caso os dados e informações apresentados não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida a decisão sobre a habilitação.
- d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 5.9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;
- e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma constante da alínea “c” deverão ser apresentados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em até 02 (dois) dias

após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis;

e.1) Os documentos poderão ser apresentados mediante publicação em órgão da imprensa oficial, ou por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração; ou

e.2) Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte será exigida apenas para efeito de celebração da contratação. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.

f.1) A prerrogativa tratada na alínea “f” abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 5.9.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

h) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.

i) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

5.10. A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do item 5.9 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada



vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

- 5.11. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do item 5.9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 5.10 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.
- 5.12. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 5.10, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.
- 5.13. **Exame da oferta subsequente.** Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que tratam os itens 5.5 e 5.6, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

## **6. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 6.1. **Recursos.** Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.
- 6.2. Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado pela Unidade Compradora.
- 6.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), opção “RECURSO”. A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante envio para o e-mail [licitacao.saltogrande@gmail.com](mailto:licitacao.saltogrande@gmail.com), observando o prazo legal.

6.4. A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 6.1 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame ao vencedor na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

6.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6. Homologação. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

**6.7. Adjudicação. A adjudicação será feita por item, conforme o detalhamento constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse**

## **7. DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

7.1. **Desconexão.** À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

7.2. Efeitos. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

- a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;
- b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

7.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

## **8. PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

8.1. **Prazo de entrega. Os bens deverão ser entregues em 15 (quinze) dias corridos contados da data da retirada da nota de empenho pela contratada.**

8.2. Quando a nota de empenho for encaminhada por meio eletrônico, o prazo para entrega terá início no dia útil posterior ao envio da confirmação de recebimento, que será impressa e juntada aos autos do processo.

- 8.3. Remissão ao Termo de Referência. A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita no(s) locais indicados no Termo de Referência, que constitui Anexo I deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

## **9. RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 9.1. Recebimento provisório. O objeto será recebido provisoriamente em até 10 (dez) dias úteis contados da data da entrega dos bens, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.
- 9.2. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.
- 9.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- 9.3.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 9.3.1.1. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- 9.3.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 9.3.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 9.4. Recebimento definitivo. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante “Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo”, firmado pelo servidor responsável.

## **10. PAGAMENTOS**

- 10.1. Prazo.** Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura no protocolo do município de Salto Grande, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, à vista do

respectivo “Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo”

- 10.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias úteis, após a data de sua apresentação válida.
- 10.3. Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada a ser informada preferencialmente na proposta comercial.
- 10.5. Correção monetária. Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.
- 10.6. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

## **11. CONTRATAÇÃO**

- 11.1. Celebração. A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a emissão de nota de empenho.
- 11.1.1. Se, por ocasião da emissão de nota de empenho, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a Unidade Compradora verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 11.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item 11.1.1 por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 11.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, a manutenção das condições de habilitação exigidas neste certame.
- 11.1.4. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 2.2 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:
- 11.1.4.1. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas

– e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

11.1.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

11.1.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);

11.1.4.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

11.1.4.5. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

11.1.5. Constituem, igualmente, condições para a celebração da contratação:

11.1.5.1. A apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida no item 4.1.4.6 deste Edital;

11.1.5.2. A indicação de gestor encarregado de representar a adjudicatária com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.

11.2. **No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação**, a adjudicatária deverá comparecer perante a Unidade Compradora para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

11.2.1. O prazo indicado no item 11.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 11.2 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

**11.3. Celebração frustrada.** As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação, quando a adjudicatária:

11.3.1. Deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes do item 5.10, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e” do item 5.9;



11.3.2. For convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os itens 11.1.1 a 11.1.5 deste Edital.

11.3.3. Recusar a contratação, no caso do item 11.2.2;

11.3.4. For proibida de participar desta licitação, nos termos do item 2.2 deste Edital;

11.4 A nova sessão de que trata o item 11.3 será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis contados da publicação do aviso no Diário Oficial do Município de Salto Grande.

11.4.1. O aviso será também divulgado no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

11.4.2. Na nova sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens 5.7 a 5.10 e 6.1 a 6.7 deste Edital.

**11.5. presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar o crédito orçamentário:**

02.05 – Departamento Municipal de Esportes, Lazer, Cultura e Turismo

27.812.0007 – Cultura, Esportes, Lazer e Turismo

27.812.0007.1.113 – Projeto Novos Ares Esportivos

Ficha 633 - 3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 635 - 4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente

Ficha 636 – 4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente

02.00 – Estadual

## **12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeito às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

12.2. A licitante vencedora que convocada para assinar o instrumento contratual ou retirar nota de empenho e recusar-se a firmá-lo no prazo estabelecido, estará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

12.3. Garantido o exercício de prévia e ampla defesa, a licitante que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ficará impedida de licitar e contratar com o município de Salto Grande, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato e nas demais cominações legais

12.4. Além das sanções previstas nos subitens anteriores, pelo descumprimento

total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei 8.666/93, a Administração poderá, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, segundo a natureza e gravidade da falta, aplicar as seguintes sanções, conforme art. 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo de outras:

12.4.1. **ADVERTÊNCIA**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Município.

12.4.2. **MULTA**, nas seguintes hipóteses:

30% (trinta por cento) do valor da proposta comercial apresentada pela licitante, quando esta deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

1% (um por cento) ao dia sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado para entrega do objeto, limitada a incidência a 10 (dez) dias;

3% (três por cento) ao dia sobre o valor total do contrato, por dia de atraso a partir do décimo primeiro dia até o vigésimo dia no caso de atraso injustificado para entrega do objeto;

50% (cinquenta por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inexecução total da obrigação assumida, ensejando rescisão contratual;

3% (três por cento) ao dia sobre o valor do item a ser substituído, no caso de atraso injustificado para substituição do objeto que apresentar defeitos, limitada a incidência a 20 (vinte) dias.

12.4.2.1. Será considerada inexecução total do contrato atraso superior a 20 (vinte) dias para entrega ou substituição do produto.

12.4.3. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO** e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por até 02 (dois) anos;

12.4.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.5. As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, cumulativamente, no caso de multa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa. (art. 87, § 2º da Lei nº 8.666/93).

12.6. Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de casos fortuitos ou de

força maior ou razões de interesse público, ou que tenham como causa responsabilidade da administração, desde que devidamente comprovados e enquadrados legalmente nestas situações.

- 12.7. Os valores resultantes da aplicação das multas previstas neste instrumento serão descontados de eventuais pagamentos devidos à empresa contratada, e não existindo crédito a receber ou não sendo suficientes, serão cobrados judicialmente.
- 12.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/licitante, observando-se os prazos previstos na Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.9. A aplicação das penalidades não impede o município de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela licitante fornecedora.
- 12.10. registro. A sanção eventualmente aplicadas deverão ser registradas no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, e no cadastro de empresas impedidas de contratar mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP
- 12.11. Conformidade com o marco legal anticorrupção. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução da contratação, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

### **13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- 13.1. Não será exigida a prestação de garantia de execução para celebrar a contratação decorrente deste certame licitatório.

### **14. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

- 14.1. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados preferencialmente por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, ou ainda poderão ser encaminhadas pelo e-mail [licitacao.saltogrande@gmail.com](mailto:licitacao.saltogrande@gmail.com), ou por petição protocolada no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Salto Grande, no endereço Avenida Rangel Pestana, 449, Centro, Salto Grande-SP, CEP: 19.920-007.

14.2 As impugnações poderão ser apresentadas até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa.

21.3. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública.

**14.4. Decisão.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão respondidos pelo Pregoeiro até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

14.4.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

14.4.2. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

14.5. Aceitação tácita. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência.

## **15. DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Interpretação. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2. Omissões. Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pela empresa Bolsa de Licitações do Brasil.

15.3. Atas. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 24 Decreto Municipal nº. 2.187 de 29 de junho de 2020, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

15.4. Sigilo dos licitantes. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

15.4.1. Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

15.4.2. Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

15.5. Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Unidade Compradora, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso

até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

- 15.6. A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".
- 15.7. Saneamento de erros e falhas. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 15.7.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 15.7.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.8. Publicidade. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do município de Salto Grande e no sítio eletrônico [www.pmsaltogrande.sp.gov.br](http://www.pmsaltogrande.sp.gov.br).
- 15.9. Prazos. Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.
- 15.10. Foro. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ourinhos Estado de São Paulo.
- 15.11. Anexos. Integram o presente Edital:
- Anexo I – Termo de Referência;
  - Anexo II – Modelo de planilha de proposta;
  - Anexo III – Modelos de Declarações;

Salto Grande-SP, 07 de novembro de 2023.

**MÁRIO LUCIANO ROSA**  
**Prefeito Municipal**



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO:**

1.1. A aquisição de material esportivo e permanente para o Projeto Novos Ares Esportivos. Edital de Chamamento público 02/SED.S/CONDECA/2018-9. Processo nº 012.00004460/2023-18., conforme especificações, de acordo com o consumo e quantidades previstos na planilha quantitativa geral estimada, constante abaixo:

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant. Total	Quantidade	
				Cota Principal	Cota Reserva
1	Troféu Modelo Futebol Premium, produzido em MDF com pintura automotiva, apliques em acrílico espelhado, Troféu no tamanho de 90cm.	Unid.	9	7	X
2	Troféu Modelo Futebol Premium, produzido em MDF com pintura automotiva, apliques em acrílico espelhado, Troféu no tamanho de 90cm.			X	2
3	Troféu Modelo Futebol Premium, produzido em MDF com pintura automotiva, apliques em acrílico espelhado, Troféu no tamanho de 75cm	Unid.	9	7	X
4	Troféu Modelo Futebol Premium, produzido em MDF com pintura automotiva, apliques em acrílico espelhado, Troféu no tamanho de 75cm			X	2
5	Troféu Modelo Futebol Premium, produzido em MDF com pintura automotiva, apliques em acrílico espelhado, Troféu no tamanho de 65cm.	Unid.	9	7	X
6	Troféu Modelo Futebol Premium, produzido em MDF com pintura automotiva, apliques em acrílico espelhado, Troféu no tamanho de 65cm.			X	2

7	Troféu Goleiro e artilheiro, produzido em MDF madeirado, Troféu no tamanho de 30cm.	Unid.	18	14	X
8	Troféu Goleiro e artilheiro, produzido em MDF madeirado, Troféu no tamanho de 30cm.			X	4
9	Troféu Personalizado, produzido em MDF com pintura automotiva, apliques em acrílico espelhado, Troféu no tamanho de 30cm	Unid.	42	32	X
10	Troféu Personalizado, produzido em MDF com pintura automotiva, apliques em acrílico espelhado, Troféu no tamanho de 30cm			X	10
11	Medalha personalizada em Zamak, medalha no tamanho de 7,5cm, com personalização direta no metal, acompanha fita personalizada.	Unid.	1.606	1.205	X
12	Medalha personalizada em Zamak, medalha no tamanho de 7,5cm, com personalização direta no metal, acompanha fita personalizada.			X	401
13	Bola max 1000 peso 410-430g, gomos II, circunferencia 62,5-63,5CM, laminado PU PRO, camara 6D, sistema de forro termofixo, camara interna neotec, precoesso estra dupla colagem, miolo capsula sis, selo fifa.	Unid.	6	5	X
14	Bola max 1000 peso 410-430g, gomos II, circunferencia 62,5-63,5CM, laminado PU PRO, camara 6D, sistema de forro termofixo, camara interna neotec, precoesso estra dupla colagem, miolo capsula sis, selo fifa.			X	1
15	Bola max 200 peso 350-380G, GOMOS 8, circunferencia 55-58cm laminada PU, construção	Unid.	13	10	X

	termotec, camara 6D, sistema de forro termofixo, camara interna neogel, processo extra dupla colagem, miolo capsula sis.				
16	Bola max 200 peso 350-380G, GOMOS 8, circunferencia 55-58cm laminada PU, construção termotec, camara 6D, sistema de forro termofixo, camara interna neogel, processo extra dupla colagem, miolo capsula sis.			X	3
17	Bola max 100 peso 300-330g, gomos 8 circunferencia 52-55cm, laminado PU, construção termotec, camara 6D, sistema de foro termofixo, camara interna neogel, processo extra dupla colagem miolo capsula sis.	Unid.	13	10	X
18	Bola max 100 peso 300-330g, gomos 8 circunferencia 52-55cm, laminado PU, construção termotec, camara 6D, sistema de foro termofixo, camara interna neogel, processo extra dupla colagem miolo capsula sis.			X	3
19	Bola 8 pro bola 8, peso 420-445g, gomos 8, circunferencia 68,5-69,5 cm, laminado pu pro, construção termotec, camara 6d, sistema de ferro termofixo, camara interna neotec, process extra dupla colagem, miolo capsula sis	Unid.	8	6	X
20	Bola 8 pro bola 8, peso 420-445g, gomos 8, circunferencia 68,5-69,5 cm, laminado pu pro, construção termotec, camara 6d, sistema de ferro termofixo, camara interna neotec, process extra dupla colagem, miolo capsula sis			X	2
21	Bola lider n4, peso 350-390g, gomos 6, circunferencia 63,5-66cm, laminado pu, construção	Unid.	12	9	X

	ultra fusion, camara 6d, sistema de forro termofixo, camara interna evacel, processo extra dupla colagem, miolo capsula sis.				
22	Bola lider n4, peso 350-390g, gomos 6, circunferencia 63,5-66cm, laminado pu, construção ultra fusion, camara 6d, sistema de forro termofixo, camara interna evacel, processo extra dupla colagem, miolo capsula sis.			X	3
23	Bola storm n3 peso 320-350g, gomos 32, circunferencia 61-64cm, laminado pu, construção custurada a mão, camara air bility, sistema de forro triaxial, miolo removivel.	Unid.	12	9	X
24	Bola storm n3 peso 320-350g, gomos 32, circunferencia 61-64cm, laminado pu, construção custurada a mão, camara air bility, sistema de forro triaxial, miolo removivel.			X	3
25	PAR DE REDE DE FUTEBOL SOCIETY MODELO STANDARD fabricado com fio 4,0 em polietileno (nylon) torcido com proteção uv, malha entre nós de 15x15 centímetros, medida de 5,50x2,30 de altura x1,20 de profundidade inferior 0,55 superior.	Unid.	1	1	0
26	Bola de tênis de mesa: dhs d40+ material plástico D40 + 3 estrelas, cor : branca, esfera 40mm, material: ABS, peso: 3 gramas	Unid.	50	38	X
27	Bola de tênis de mesa: dhs d40+ material plástico D40 + 3 estrelas, cor : branca, esfera 40mm, material: ABS, peso: 3 gramas			X	12

28	Rede de Tênis De Mesa Oficial Suporte de ferro com regulagem de altura e tensão de rede, manipulo de aperto com borracha para não estragar a mesa Rede de algodão na cor azul com esticador de tensão através de correntinha Dentro das normas técnicas da ITTF	Unid.	2	2	0
29	RAQUETE DE TÊNIS DE MESA 3ESTRELA Raquete de tênis de mesa, madeira + borracha. A ITTF (International Table Tennis Federation).	Unid.	4	3	X
30	RAQUETE DE TÊNIS DE MESA 3ESTRELA Raquete de tênis de mesa, madeira + borracha. A ITTF (International Table Tennis Federation).			X	1
31	Bola de Volei de praia pro, peso 260-280g, gomos 12, circunferencia 66-68cm, laminado microfibra, construção termotec, camara 6d, sistema de forro termofixo, camara interna neogel, processo extra dupla colagem, miolo capsula sis.	Unid.	10	8	X
32	Bola de Volei de praia pro, peso 260-280g, gomos 12, circunferencia 66-68cm, laminado microfibra, construção termotec, camara 6d, sistema de forro termofixo, camara interna neogel, processo extra dupla colagem, miolo capsula sis.			X	2
33	REDE VOLEIBOL DE QUADRA MODELO OFICIAL: produto fabricado com fio 2,0 em polietileno (seda) trançado com proteção uv, malha entre nós de 10x10 centímetros, medida de 1,00 de altura x9,50m, com 4 lonas em algodão, ilhós nas	Unid.	3	3	0



	extremidades corda guia em seda 5,0 mm.				
34	Antena Oficial para volei de Quadra e Praia - Par – SPITTER, par de antenas, Oficial, para demarcar a area de jogo na pratica de voleibol Cor: Vermelha e Branca Medida oficial: 1,80 m de altura Fabricada em fibra de carbono	Unid.	3	3	0
35	Jogo de fita contendo: duas fitas de 8 metros, duas de 16 metros e 6 estacas. Fita de marcação para vôlei de praia ou beach tennis duplas 8 x 16 metros - Evo Sports, medidas: largura: 5 cm. comprimento: 8 e 16 m. Material: 100% Polipropileno. Ilhós nas extremidades e no centro das fitas maiores para fixação no solo com estacas. Estacas de aço galvanizado (resistentes contra a corrosão ou ferrugem).	Unid.	3	3	0
36	Raquetes de Beach Tênis Cawemin	Unid.	4	3	X
37	Raquetes de Beach Tênis Cawemin			X	1
38	Pacote c/60 Bolinhas de Beach Tênis lcm	Unid.	1	1	0
39	Rede beach tenis 0,80 x 8,40 4fx fio 2,0 NYLON LONA COR PRETA.	Unid.	3	3	0
40	PAR DE REDE FUTSAL: modelo standard, fabricação fio 4,0 em polietileno (nylon), torcido com proteção uv malha entre nós de 12x12 centímetros, medida de 3,00x2,00x1,00m.	Unid.	2	2	0

41	Conjunto de uniforme tamanho 12 contendo: Camisa Tecidos Dry ICONE + Dry 500, escudo bordado, Modelagem confortável, gola V lisa, punho ribana, até 4 patrocinadores, selo de Produto oficial ouro. Calção, tecido DRY-TEX, escudo Bordado, modelagem DRY-TEX c/ telinha, e Meião anatômico 4 fios.	Unid.	15	12	X
42	Conjunto de uniforme tamanho 12 contendo: Camisa Tecidos Dry ICONE + Dry 500, escudo bordado, Modelagem confortável, gola V lisa, punho ribana, até 4 patrocinadores, selo de Produto oficial ouro. Calção, tecido DRY-TEX, escudo Bordado, modelagem DRY-TEX c/ telinha, e Meião anatômico 4 fios.			X	3
43	Conjunto de uniforme tamanho 14 contendo: Camisa Tecidos Dry ICONE + Dry 500, escudo bordado, Modelagem confortável, gola V lisa, punho ribana, até 4 patrocinadores, selo de Produto oficial ouro. Calção, tecido DRY-TEX, escudo Bordado, modelagem DRY-TEX c/ telinha, Meião anatômico 4 fios	Unid.	15	12	X
44	Conjunto de uniforme tamanho 14 contendo: Camisa Tecidos Dry ICONE + Dry 500, escudo bordado, Modelagem confortável, gola V lisa, punho ribana, até 4 patrocinadores, selo de Produto oficial ouro. Calção, tecido DRY-TEX, escudo Bordado, modelagem DRY-TEX c/ telinha, Meião anatômico 4 fios			X	3

45	Conjunto de uniforme tamanho 16 contendo: Camisa Tecidos Dry ICONE + Dry 500, escudo bordado, Modelagem confortável, gola V lisa, punho ribana, até 4 patrocinadores, selo de Produto oficial ouro. Calção, tecido DRY-TEX, escudo Bordado, modelagem DRY-TEX c/ telinha, Meião anatômico 4 fios	Unid.	15	12	X
46	Conjunto de uniforme tamanho 16 contendo: Camisa Tecidos Dry ICONE + Dry 500, escudo bordado, Modelagem confortável, gola V lisa, punho ribana, até 4 patrocinadores, selo de Produto oficial ouro. Calção, tecido DRY-TEX, escudo Bordado, modelagem DRY-TEX c/ telinha, Meião anatômico 4 fios			X	3
47	Conjunto de uniforme tamanho P contendo: Camisa Tecidos Dry ICONE + Dry 500, escudo bordado, Modelagem confortável, gola V lisa, punho ribana, até 4 patrocinadores, selo de Produto oficial ouro.  Calção, tecido DRY-TEX, escudo Bordado, modelagem DRY-TEX c/ telinha, Meião anatômico 4 fios	Unid.	30	23	X
48	Conjunto de uniforme tamanho P contendo: Camisa Tecidos Dry ICONE + Dry 500, escudo bordado, Modelagem confortável, gola V lisa, punho ribana, até 4 patrocinadores, selo de Produto oficial ouro. Calção, tecido DRY-TEX, escudo Bordado, modelagem DRY-TEX c/ telinha, Meião anatômico 4 fios			X	7

49	Conjunto de uniforme tamanho M contendo: Camisa Tecidos Dry ICONE + Dry 500, escudo bordado, Modelagem confortável, gola V lisa, punho ribana, até 4 patrocinadores, selo de Produto oficial ouro.  Calção, tecido DRY-TEX, escudo Bordado, modelagem DRY-TEX c/ telinha, Meião anatômico 4 fios.	Unid.	15	12	X
50	Conjunto de uniforme tamanho M contendo: Camisa Tecidos Dry ICONE + Dry 500, escudo bordado, Modelagem confortável, gola V lisa, punho ribana, até 4 patrocinadores, selo de Produto oficial ouro. Calção, tecido DRY-TEX, escudo Bordado, modelagem DRY-TEX c/ telinha, Meião anatômico 4 fios.			X	3
51	Taco de BETS madeira 70 CM C/ trava,	Unid.	4	3	X
52	Taco de BETS madeira 70 CM C/ trava,			X	1
53	Bola de Borracha para bets.	Unid.	12	9	X
54	Bola de Borracha para bets.			X	3
55	Tabela De Basquete Móvel Portátil Altura Ajustável De 3,05m Descrição Tamanho do quadro: 110 x 73 cm Ajuste de altura: 1,90 m até 3.05 m Poste: Diâmetro 7,62 cm Base: 117 litros de água Distância da base até o centro do aro: 0,68 cm Rodas na base: 2 na parte frontal de 10cm cada uma. Material do quadro: Acrílico de 3mm de espessura. Foco: Competição Tipo de ajuste de altura: Telescoping (06 ajustes para	Unid.	1	1	0

	alturas pré-definidas com intervalos de 10/15 cm) tipo de aro Standard.				
56	Mini Volei Kit com Rede Portátil Infantil Freso MATERIAL: Polietileno Rotomoldado PESO DO PRODUTO: 12KG CERTIFICADO INMETRO: SIM DIMENSÕES DO PRODUTO (C x L x A): 10cm x 450cm x 217cm	Unid.	1	1	0
57	Bola Basquete Penalty Shoot  PESO: 600-650G, CIRCUNFERENCIA: 75-78 CM, GOMOS: NAO HÁ, LAMINADA: BORRACHA, CONSTRUÇÃO: VULCANIZADA, CAMAR: 6D, SISTEMA DE FERRO: TERMOFIXO, MIOLO: CAPSULA SIS.	Unid.	4	3	X
58	Bola Basquete Penalty Shoot  PESO: 600-650G, CIRCUNFERENCIA: 75-78 CM, GOMOS: NAO HÁ, LAMINADA: BORRACHA, CONSTRUÇÃO: VULCANIZADA, CAMAR: 6D, SISTEMA DE FERRO: TERMOFIXO, MIOLO: CAPSULA SIS.			X	1
59	Bola Basquete Penalty 5.8 Crossover Infantil X  LAMINADO: MICROFIBRA, GOMOS: 8, MIOLO: CÁPSULA SIS, TECNOLOGIA CONSTRUÇÃO: MATRIZADA, PESO: 450-500G, CIRCUNFERÊNCIA: 72-74CM	Unid.	4	3	X



60	Bola Basquete Penalty 5.8 Crossover Infantil X  LAMINADO: MICROFIBRA, GOMOS: 8, MIOLO: CÁPSULA SIS, TECNOLOGIA CONSTRUÇÃO: MATRIZADA, PESO: 450- 500G, CIRCUNFERÊNCIA: 72-74CM			X	1
61	Coletes tamanho PP com numero atras e brasao da cidade na frente dray fit 100% poleamida	Unid.	10	8	X
62	Coletes tamanho PP com numero atras e brasao da cidade na frente dray fit 100% poleamida			X	2
63	Coletes tamanho P com numero atras e brasao da cidade na frente dray fit 100% poleamida	Unid.	10	8	X
64	Coletes tamanho P com numero atras e brasao da cidade na frente dray fit 100% poleamida			X	2
65	Coletes tamanho M com numero atras e brasao da cidade na frente dray fit 100% poleamida	Unid.	10	8	X
66	Coletes tamanho M com numero atras e brasao da cidade na frente dray fit 100% poleamida			X	2
67	Coletes tamanho G com numero atras e brasao da cidade na frente dray fit 100% poleamida	Unid.	10	8	X
68	Coletes tamanho G com numero atras e brasao da cidade na frente dray fit 100% poleamida			X	2
69	Mesa para Tênis de Mesa Automat 25mm Mdf, Cavaletes de Madeira com Rodas, com tampos de MDF de 25mm, Pintados na cor azul não refletível com pintura exclusiva para bolas de plástico ABS	Unid.	2	2	0

	40+, Medidas oficiais da mesa ALTURA: 76 cm; COMPRIMENTO: 274 cm; LARGURA: 152,5 cm; Fita de borda de alto impacto por toda sua volta. Proteção contra umidade na parte inferior da mesa. Com cavaletes de madeira nobre com rodas de 4 polegadas no cavalete central da mesa, com travas de segurança. Mesa de acordo com as normas da ITTF.				
70	Placar eletrônico modelo HS2010-J, alturas dos dígitos 14 cm, visibilidade até 60 metros, dimensões 200x100x6cm, cons. Max. (watts) 40w, tensão bivolt, 2 contadores de pontos até 199 por equipe, pedidos de tempo até 2 por equipe, por período, através de letras T luminosos, 2 contadores de set/faltas até 19 por equipe, 1 mostrador de período de jogo de 1 a 5, E e P, cronometro de jogo até 59:59 progressivo e regressivo, com décimos de segundo quando contagem abaixo de 1:00, preset do cronometro pré programado, 00,05,10,12,15,20 ou qualquer outro tempo por prorrogação, operação do cronometro start/ pausa e preset, comunicação wireless, alarme duas sirenes intermitentes de 120 db, acionamento do alarme manual e automático, sinalização de vantagem pontos da equipe piscando, painel de comandos com display de cristal liquido, local para nomes das equipes 18 características alfanumericas – jornal eletrônico, controle do jornal eletrônico comando micro	Unid.	1	1	0

	controlado c/ display lcd modelo PC6, gabinete construido em alumínio, frontal dos dígitos em acrílico.				
--	---	--	--	--	--

## 2. LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO:

- 2.1. A LICITANTE CONTRATADA deverá entregar o objeto nos exatos termos constantes no edital e na proposta ofertada, principalmente no tocante à unidade de fornecimento e à marca indicada durante o certame licitatório (se aplicável), sob pena de recusa de recebimento.
- 2.2. A entrega dos materiais deverá ocorrer em até entregues em 15 (quinze) dias corridos dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, conforme o caso, pela CONTRATADA.
- 2.3. A entrega dos bens objeto desta licitação deverá ser efetuada no Ginásio de Esporte Miguel Atanes, situado na Rua Rangel Pestana, 803, Salto Grande - SP, 19920-000, no horário das 08h00min as 11h00min e do 12h30min as 17h00min, nesta cidade, em horário comercial, e serão recebidos por servidor/gestor designado pela municipalidade e somente efetivar-se-á se estiverem plenamente de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta apresentada pela licitante contratada.
- 2.4. Eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados pela LICITANTE CONTRATADA, para serem submetidos à apreciação superior.
- 2.5. Qualquer alteração na especificação, em relação ao ofertado na proposta, deverá ser comunicada e justificada à Prefeitura Municipal, sujeitando-se a Licitante Contratada à aprovação da Prefeitura.
- 2.6. Constatadas irregularidades no objeto, este Município, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:
- 2.6.1. Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações deste Termo de Referência, determinando sua substituição;
- 2.6.2. Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.
- 2.7. As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento pela LICITANTE CONTRATADA da notificação, por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

- 2.7.1. O não atendimento no prazo acima exposto, das exigências realizadas pela Prefeitura Municipal, no que tange a solução de todos os vícios apontados, acarretará as sanções previstas no edital da presente licitação.
- 2.8. O Aceite provisório será expedido pelo gestor do contrato em até 10 (dez) dias úteis contados da data de entrega do objeto, e o Termo de Recebimento Definitivo será emitido em 10 (dez) dias corridos do recebimento provisório, caso não se verifique qualquer irregularidade, nos objetos/materiais entregues.
- 2.19. Recebidos os materiais, mesmo após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo a responsabilidade da licitante contratada pela qualidade destes subsiste na forma da Lei.
- 2.10. Caberá à CONTRATADA:
- 2.10.1. Entregar o objeto nos exatos termos constantes no edital e na proposta ofertada, principalmente no tocante à unidade de fornecimento e à marca indicada durante o certame licitatório, sob pena de recusa de recebimento.
- 2.10.2. Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes à entrega do objeto, inclusive as decorrentes da devolução e reposição das mercadorias recusadas por não atenderem ao edital;
- 2.10.3. Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, oriundos de sua culpa ou dolo durante o fornecimento do objeto deste termo, os quais não serão excluídos ou reduzidos em decorrência do acompanhamento exercido por este Município;
- 2.10.4. Atender toda a legislação vigente (no âmbito federal, estadual e municipal), durante o fornecimento do objeto deste instrumento;

### **3. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO.**

- 3.1. O Município designará um gestor para exercer a fiscalização da entrega dos bens, resultante desta licitação que se necessário registrará todas as ocorrências, deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas estabelecidas no Edital e seus anexos, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.
- 3.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

3.3. A existência e a atuação da fiscalização pelo município em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

Salto Grande-SP, 07 de novembro de 2023.

**MÁRIO LUCIANO ROSA**  
**Prefeito Municipal**

**ANEXO II**

**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

**\*(Usar preferencialmente papel timbrado da empresa)**

Referência:

Processo Administrativo nº ...../2023.

Modalidade Pregão Eletrônico I nº. ....../2023

Ao Ilustríssimo Senhor Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Salto Grande/SP.

DADOS DO LICITANTE	
Denominação:	
Endereço:	
Bairro:	Cidade/UF:
CEP:	Fone:
CNPJ:	e-mail:

DADOS BANCÁRIO PARA PAGAMENTO (ITEM FACULTATIVO)	
Banco:	
Agência:	Conta Corrente:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO	
Nome:	
Endereço:	
Bairro:	Cidade/UF:
CEP:	Fone:
CPF:	RG:
Nacionalidade:	Estado Civil:
Cargo/Função:	
E-mail pessoal:	
E-mail institucional:	

**1. DO OBJETO PROPOSTO**

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
					R\$...	R\$...
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$...

Valor Total da Proposta: R\$... (.....)

**2. CONDIÇÕES COMERCIAIS:**

**2.1. VALIDADE DA PROPOSTA**

2.1.1. O Prazo de validade desta proposta comercial é de 60 (sessenta) dias a



contar da abertura dos envelopes.

- 2.1.2. O prazo para entrega dos produtos constantes desta proposta é de prazo de até 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da autorização de fornecimento.

### 3. DECLARAÇÕES

#### 3.1. Declara que:

- 3.1.1. Os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação da proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro;
- 3.1.2. Que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
- 3.1.3. Que está ciente de que não respeitando os prazos entabulados neste edital, estará sujeita as multas previstas neste instrumento e na Legislação;
- 3.1.4. Está ciente que os preços constantes na proposta serão fixos e irrevogáveis.

(local)....., (data).....

\_\_\_\_\_  
Assinatura e identificação

(representante legal/procurador da licitante)

(Nome/RG/CPF/Cargo-Função)

**ANEXO III**

**MODELOS DE DECLARAÇÕES**

**ANEXO III.1**

**MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.1.4.1. DO EDITAL**  
(em papel timbrado da licitante)

Nome completo:

\_\_\_\_\_

CPF nº: \_\_\_\_\_

**DECLARO**, sob as penas da Lei, que o licitante \_\_\_\_\_  
(*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_,  
Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

### ANEXO III.2

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E  
ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**  
(em papel timbrado da licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_  
(*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

**DECLARO**, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos

à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO III.3**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(em papel timbrado da licitante)

**ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS  
POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.3.  
DO EDITAL.**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_  
(*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, **DECLARO**, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO III.4**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE  
PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI  
FEDERAL Nº 11.488/2007**  
(em papel timbrado da licitante)

**ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS  
POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM  
4.1.4.5 DO EDITAL.**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_  
(*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_,  
Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que:

- a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) A cooperativa auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)